



# Anais da Assembléia

N.º 51

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 74.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Da'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Hélio Manfrinato, Nilso Sguarezi. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) – Não há expediente a ser lido. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei 78/76, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, da cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

SEGUNDA DISCUSSÃO – do Projeto de Lei Número 79/76.

Levanta-se a sessão

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 75.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielise Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Da'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilber-

to Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Hélio Manfrinato e Nilso Sguarezi (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo pela passagem do 29o. aniversário de fundação do Município de Lupionópolis.

A fundação do referido município ocorreu no dia 11 de maio de 1948, sendo que as terras onde o mesmo se localiza, pertenciam originalmente à empresa Imobiliária Aniz Abbud e Cia. Ltda., a qual, após demarcar a gleba em lotes rurais e urbanos, vendeu-os com grande facilidade de pagamento, promovendo dessa forma o povoado da nova localidade.

Face ao rápido-crescimento do povoado, foi o mesmo elevado à categoria de município em 27 de janeiro de 1951, de acordo com a Lei Estadual 613, cuja instalação oficial ocorreu em 14 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o seu primeiro prefeito, Sr. Ibraim Abbud Netto.

Hoje, ao comemorar os seus 29o. anos de fundação, Lupionópolis tem como seu prefeito o Sr. Aniz Abbud, exatamente o seu fundador.

Da decisão desta Casa, pede-se sejam cientificados o Sr. Prefeito e a Câmara de Vereadores daquele próspero município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Dácio Leonel.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança da ARENA tem o prazer de comunicar a Vossa Excelência que designa para compor a Comissão Especial Externa para discutir com Parlamentares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aspectos relacionados com o programa de Obras do Governo Federal para a Região Sul, os seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, João Fadel, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Luiz Roberto Soares.

Sendo o que nos cumpria manifestar subscrevo-me atentamente.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, tem o prazer de comunicar a V. Exa. que designa para compor a Comissão Especial Externa para discutir com Parlamentares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aspectos relacionados com o programa de Obras do Governo Federal para a Região Sul, os seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Fidelcino

Tolentino, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e José Muggiati Filho.

Sendo o que nos cumpria manifestar, subscrevo-me atenciosamente.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Trajano Bastos.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

“Dois ex-ministros da Alemanha, KOCK-WESER e SCHLANGE-SCHOMINGEN, foram os primeiros colonos alemães em Rolândia, que nos anos de 1934/1935 mandaram roçar grandes áreas e incentivados pelo Governador do Paraná, MANOEL RIBAS, plantavam cana de açúcar, esperançosos de conseguir, por intermédio dele, uma licença do governo para uma usina de açúcar. Esta licença jamais foi concedida, devido à grande influência dos latifundiários “feudais” paulistas, não permitindo que uma licença tão lucrativa fosse entregue ao então tão pobre e desvalorizado Estado do Paraná”.

“Em face do constante crescimento da lavoura cafeeira no Norte do Paraná, montamos em Rolândia, em 1939, a primeira máquina beneficiadora de café”.

“Se houve em minha vida algo que me recompensou pela tarefa que eu mesmo escolhi como engenheiro, então este algo foi o CAFÉ. Este produto, que está em segundo lugar na escala comercial mundial, era tão interessante, tanto na parte agrícola como igualmente comercial, que compensou todos os sacrifícios e perdas sofridas”.

Com tais palavras, o Senhor GUSTAVO SCHLIEPER descreve, em suas memórias, recentemente concluídas e de publicação restrita, o que foi o Norte do Paraná, o que é hoje e o que ali se fez em favor da União.

Emigrando em 1935 para o Brasil, a Família GUSTAVO e HERTA SCHLIEPER, oriunda da Alemanha, ele — de Fritzlar, cuja cidade tinha ao centro um monumento a ROLAND, tal qual o tem hoje a cidade de ROLÂNDIA.

“A cidade, bem acima do fértil vale do rio Eder, sua igreja de São Pedro, visível à longa distância, a bela praça do mercado, rodeada por velhas casas patrícias, com o Roland em seu centro, os dois moinhos sobre o canal Eder, cuja água movimentava as turbinas, os passeios ao longo de suas margens num caminho orleado de álamos, que NAPOLEÃO designou como estrada estratégica, — as visitas ao escritório de meu pai, acima do escoamento das turbinas, o caminho para a escola, que ficava no alto do morro, na praça da igreja, tudo isso pertence às mais belas recordações destes primeiros anos de minha juventude”.

Para que se tenha uma idéia exata do espírito de brasilidade de que se imbuíu esta figura ilustre de emigrante germânico, que não perdeu, contudo, a sensibilidade para as poéticas lembranças de sua terra natal, como acima a descreve, vale, ainda, ler-se os textos abaixo, colhidos de suas memórias:

“O plantio de canaviais em terras recém-roçadas da mata-virgem era muito dispendioso, pois o terreno devia ser completamente limpo de toda e qualquer lenha e de tocos e raízes. Logo, os mais extensos canaviais cresciam nas duas fazendas; mas, não havia condições para o aproveitamento industrial da cana, pois a licença jamais foi dada, e mais tarde, percebeu-se, também, que a cana das mudas fornecidas por São Paulo não eram apropriadas para a fabricação de açúcar. Como forragem, a quantidade de cana era demasiada. Restava apenas a fabricação de aguardente de cana ou pinga. Para valorizar esta bebida tão barata em todo o Brasil, KOCH-WESER teve a idéia de fabricar licores e contratou um químico especialista da firma holandesa “BOLS”, mundialmente conhecida. Mas, todas as experiências falharam. FOI IMPOSSÍVEL NEUTRALIZAR O CHEIRO PENETRANTE DA PINGA” ...

E concluindo a sua descrição do episódio:

“A situação geral dos colonos no Norte do Paraná, nesta primeira década, foi difícil. Viviam do que haviam trazido consigo. Quase ninguém tinha a coragem de iniciar a plantação de café, pois o mercado mundial estava saturado, e, aqui no Brasil, nos anos seguintes à crise de 1929, 70 (setenta) milhões de sacas foram queimadas ou jogadas ao mar”.

São trechos que bem definem a personalidade de GUSTAVO

SCHLIEPER, para quem o Brasil foi uma segunda Pátria e à qual ele dedicou toda sua inteligência, seu trabalho e de toda sua família.

Sua existência, de marcante integridade em todos os campos e setores de sua ação, constitui, hoje, uma das vigas mestras da estrutura moral da Sociedade onde se radicou. O seu nome, porém, cimentou, por onde tenha passado, o exemplo dos mais dignos sucessores de Roland.

Por todo o exposto, requer, ouvido o Plenário, seja aprovado um voto de regozijo e aplauso desta Casa pelo transcurso do 42o. ano de sua emigração para o Brasil, da Família Gustavo e Herta Schlieper; pela sua permanência, integração e progresso no solo brasileiro, bem como pelos reais empreendimentos de que são autores em favor de nosso comércio, de nossa lavoura e da Sociedade em que vive, e, ainda, pela publicação de suas “Memórias”. Nesta, ele próprio confessa, agora aos 75 anos de idade, com o mesmo ardor e inteligência que refletem toda a solidez de seu caráter:

“Cada vez sou mais grato ao Brasil, que a mim, ao estrangeiro, ao emigrante, deu a possibilidade de realizar minha vida, longe de minha pátria. Aqui encontrei a almejada união com a natureza, a possibilidade de desenvolvimento de minhas forças, sem necessidade de sentir que era apenas tolerado. Muito ao contrário, eram-me concedidas as mesmas chances na aquisição de terras, na concessão de créditos bancários, como a qualquer brasileiro nato. Que contraste em relação à sorte amarga dos trabalhadores estrangeiros, por lá. Quase cabe aqui uma comparação com os escravos da Roma antiga, é a escravidão pelo dinheiro. Estes contrastes na vida dos trabalhadores estrangeiros, tanto na indústria como no campo, são desconhecidos aqui no Brasil, tanto como o é a diferença entre o negro e o branco, na população geral.

Encerrando minhas recordações, quero agradecer ao Brasil minha integração irrestrita no seio do seu povo, desejando que este povo, tão trabalhador e amante da liberdade, venha a ser o exemplo para todos os países das Américas do Norte e do Sul”.

Pede que, aprovado o presente, procedam-se as comunicações, de seu inteiro teor, às seguintes pessoas: Gustavo Schlieper, Caixa Postal no. 4, Avenida Presidente Vargas, 660 — Rolândia; Presidentes das Câmaras e Prefeitos Municipais de Rolândia, Arapongas, Cambé, Londrina, Jaguapitã, Sabáudia e Apucarana; ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná e ao Consulado Alemão, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Muggiati Filho.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que se oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando através da Secretaria de Obras Públicas, que o Departamento de Estradas de Rodagem abra sindicância a respeito de materiais destinados pelo Estado ao Município de Toledo que, enviados, não chegaram a seu destino.

Parte da cota do Fundo Rodoviário Nacional relativo ao ano de 1975, composta de 618 sacos de cimento, no valor de Cr\$..... 15.450,00 e 355 kg de ferro, no valor de Cr\$ 2.200,00, e que foram enviadas pelo Estado — em conformidade com o convênio Prosafras — não foi recebida pelo Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Ernesto Dal'Oglio.

# REQUERIMENTO

Awnhoe Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja enviado ofício, por esta Casa, ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando as determinações de S. Exa. no sentido de ser construída uma estrada, ligando a sede Municipal de Nova Santa Rosa a Vila Maripá, assim como seja procedida a sua estadualização, e solicitando, nas mesmas condições, a construção de outra estrada ligando a sede do Município de Mal. Cândido Rondon, estadualizando-a igualmente.

Justifica a presente solicitação apresentando as seguintes razões:

Considerando que Nova Santa Rosa é um Município que, face a sua recente instalação - fevereiro de 1977 - em fase, portanto, de uma formulação básica na sua administração, enfrenta dificuldades de toda ordem, uma vez que, não tendo, ainda, a tradição implantada por anos anteriores de desenvolvimento econômico financeiro, não obtém financiamentos de órgãos que exigem tal condição;

Considerando que se trata de um município que detém um potencial agrícola de índice singularmente elevado, eis que cerca de 80 por cento de sua área é aplicada nessa espécie de atividade; e

Considerando, finalmente, que, em razão das considerações feitas acima, a comunicação rodoviária rápida e eficiente, é um dos elementos mais ponderáveis no impulso do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Egon Pudell.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que freqüentemente se constata, em estabelecimentos de ensino, a incidência de certas enfermidades, próprias das vésperas de inverno, tais como a escabiose, que tem prejudicado até o processo educacional dos alunos.

Considerando que geralmente tal situação é suscitada por falta de maiores conhecimentos da importância de adoção de medidas profiláticas pelos pais ou responsáveis.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja encaminhado expediente ao Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Doutor Arnaldo Faivro Busato, sugerindo a promoção de uma campanha esclarecedora neste sentido.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Ezequias Losso.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro Dirceu Nogueira, dos Transportes, pleiteando celeridade nas obras de duplicação da rodovia BR-277 e o imediato pagamento das indenizações referentes às desapropriações, com os devidos reajustes.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Valter Pietrângelo

### JUSTIFICATIVA:

O Paraná celebrou-se como o Estado preferido pelos ministros, da área econômica, principalmente o da Agricultura, como atento ouvinte às contínuas conclamações para aumento da produção agrícola. E, eufóricos, assistimos o espetáculo de super-safras.

Inicia-se então o angustiante problema de escoamento, resultante da ausência de infra-estrutura viária para comportar o afluxo dos transportes rumo ao Porto de Paranaguá.

E toda a produção afunila-se no percurso de pouco mais de 100 quilômetros que separa as cidades de Curitiba e Ponta Grossa.

Aí a falta de sintonia ministerial.

Avoluma-se a produtividade paranaense para tormento dos produtores.

Sem condições para armazenamento, obrigam-se à imediata comercialização que redundará na necessidade de rápido, seguro e eficiente transporte.

Já na comercialização, o fantasma do confisco. E no setor do transporte, a falta de estradas.

Enquanto isso, arrastam-se morosamente as obras de duplicação do funil BR-277.

Os trabalhos são paralizados freqüentemente e os prejuízos disso decorrentes são astronômicos.

Meu Paraná, é esta "A CERTEZA DE UM TEMPO NOVO".

Aos paranaenses, a certeza que nosso Estado está sendo objeto de descaso pela área ministerial.

Outro fator revoltante é a situação dos senhores proprietários e moradores ao longo das margens da BR-277.

Através da Imprensa, se tem conhecimento que as devidas indenizações deveriam ter sido pagas já de há muito.

Sabe-se que os valores estão depositados na Caixa Econômica Federal desde o mês de setembro.

As quantias previamente contratadas tiveram seus valores reais deteriorados pelas contínuas quedas do preço do dinheiro.

Todas estas considerações nos motivam a exigir uma pronta tomada de decisão por parte do Ministério dos Transportes.

E é pelo presente intermédio que reivindicamos o que é justo e de direito, o que é devido ao Paraná, pelo muito que este Estado tem participado no processo do desenvolvimento nacional.

Insistimos na maior celeridade das obras de duplicação da BR-277.

Apelamos para que as autoridades responsáveis, saldem de imediato os compromissos assumidos para com os proprietários cujas posses localizam-se na faixa destinada aos trabalhos lá empregados.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Jr., no sentido de ser determinada a eletrificação rural no Município de Palmeira, alcançando as localidades de Colônia do Lago, Quero-Quero, Papagaios, Papagaios Novos, Colônia Maciel, Queimadas, Vieiras, Mineiros, Poço Grande, Faxinal do Silva, Água Clara, Santa Bárbara, Mandaçaia, Tocas, Guaraúna, Guarauninha, nas condições já anteriormente preconizada de que os proprietários rurais deverão estar isento do ônus na construção das linhas, uma vez que o Estado receberá em contraposição os benefícios do desenvolvimento agro-pecuária tão sentido já naquele município.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) Lineu Turra.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, na tribuna de honra desta Casa, do eminente Vereador da cidade de Pitanga, Dr. Manoel Francisco Lopes Carters.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, tivemos a satisfação de acompanhar uma Comissão de Prefeitos até o Palácio Iguaçu onde às 10,30 horas de hoje, no gabinete do Governador Jayme Canet Júnior foi assinado edital de concorrência para pavimentação de 20 novos trechos rodoviários e construção de 13 pontes, que totalizam 482,61 km e caracterizam volume de obras sem precedentes na administração estadual, incluído num único ato oficial. Para a execução dessas obras a Secretaria de Transportes vai investir cerca de 750 milhões de cruzeiros, para benefício de várias regiões do Paraná.

O Secretário Osiris Stenghel Guimarães, dos Transportes,

manteve contato telefônico com os 33 Prefeitos interessados diretamente nas obras rodoviárias e hoje eles estarão presentes no Palácio Iguaçu, juntamente com 14 Parlamentares das respectivas regiões.

Os futuros 482 km de pavimentação estão assim distribuídos pelas várias regiões do Interior paranaense: Congoínhas-Rio do Peixe, na PR-435, com 18,34 km; Rio do Peixe-Ibaiti, na PR-435, com 36,37 km; Uraí-Rancho Alegre, na PR-442, com 21 km; Rancho Alegre-Mairiporã, na PR-443, com 12,95 km; Astorga-Iguaraçu, na PR-218, c/15,97 km; Nova Esperança-Atalaia-Flórida, na PR-218, com 30,18 km; São João-Chopin-zinho, BR-373, com 30 km; BR-153-Bituruna, na PR-446, com 47,5 km; Jesuíta-Formosa-IV Centenário, na PR-317, com 42 km; Bom Sucesso-Entroncamento da PR-082, na PR-457, com 31 km; Entroncamento PR-457-Fênix-Quinta do Sol, na PR-082, com 32,98 km; Tapira-Cidade Gaúcha-Rondon, na PR-082-480, com 32 km; Ibaiti-Japira-Pinhalão-Tomazina, na PR-272, com 27 km; União da Vitória-Cruz Machado, na PR-447, com 44,90 km; Dr. Camargo-Ivatuba-Floresta-Itambé, na PR-549, com 36,60 km; Marilena-Nova Londrina, na PR-459, com 4,03 km; Rondon-Guaporema, na PR-180, com 10,81 km; e Cafeara-Lupionópolis, na PR-543, com 7,96 km.

As 13 obras de arte especiais (pontes) estarão sendo construídas muito em breve nas seguintes rodovias estaduais: PR-153-Bituruna, ponte sobre Rio Lajeado Grande I, com 40 metros, na mesma rodovia ponte sobre o Rio Lajeado Grande II, com 40 metros; Jesuíta-Formosa-IV Centenário, ponte sobre o Rio das Pedras, com 60 metros; na mesma rodovia, ponte sobre o Rio Piquiri, com 210 metros; Bom Sucesso-Entroncamento da PR-082, ponte sobre o Rio Cambará, com 55 metros; Entroncamento da PR-082, ponte sobre o Rio Cambará, com 55 metros. Entroncamento PR-457-Fênix-Quinta do Sol, ponte sobre o Rio Corumbataí, com 180 metros; Tapira-Cidade Gaúcha-Rondon, ponte sobre o Rio Itacoca, com 60 metros; mesma rodovia, ponte sobre o Rio Tapiracui, com 80 metros; Ibaiti-Japira-Pinhalão-Tomazina, ponte sobre o Rio Pinhalão, com 80 metros; União da Vitória-Cruz Machado, ponte sobre o Rio Palmital, com 80 metros").

Também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para muito breve S. Exa. o Sr. Governador do Estado anunciou o asfaltamento das estradas, diversas estradas do Norte Pioneiro, destacando: Tomazina, Wenceslau Braz, Joaquim Távora, Guapirama, a serem entregues ao público.

Vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a euforia estampada nas fisionomias daqueles líderes do Interior, a euforia estampada na fisionomia do Sr. Secretário dos Transportes e na do ilustre Diretor, Tancredo Bengue e seus assessores, ao verem aquela massa política, aquela massa humana, assessorada pelos seus Deputados, naquele amplexo cordial a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que aplica o dinheiro do povo, em benefício do próprio povo.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de vir aqui, Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência lamenta informar o nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Ser-lhe-á concedido mais 1 minuto, para a conclusão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que viemos, para dizer ao Paraná, mais uma vez, "Muito Obrigado" a este grande governo, o governo das estradas paranaenses, o governo das rodovias, governo que é a nossa esperança e a redenção do Paraná, Governo Canet Júnior estribado pela sua dinâmica equipe de trabalho, principalmente no setor rodoviário cujas estradas rodoviárias do Paraná, são um exemplo para o Brasil. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente,

Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — (Lê): "VITÓRIA DO BRASIL NO CAMPO DA ENERGIA NUCLEAR.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos abordado, desta tribuna, a questão das fontes de energia necessárias ao Brasil, para que supere a sua dependência do petróleo importado.

Entre estas, a mais importante, para o futuro, é a energia nuclear. Desde vários anos o Brasil se esforça para obter cooperação internacional para desenvolver o uso pacífico da energia do átomo.

Em 1975 o país logrou assinar importante acordo com o Governo da Alemanha Ocidental, pelo qual será implantada toda uma indústria de aproveitamento nuclear no Brasil.

Assegurando aos brasileiros a transferência da tecnologia do átomo.

Contra esse acordo — claramente subordinado aos padrões internacionais de segurança — levantou-se a nova administração dos Estados Unidos.

O Presidente Jimmy Carter dispôs-se a combater a transferência de equipamento capaz de enriquecer urânio, alegando que isto possibilitaria ao Brasil criar sua própria bomba nuclear.

De pouco valeram os argumentos brasileiros de que o país está preocupado não pe com bombas e sim com a solução de seus problemas econômicos de abastecimento energético.

Mas a firme reação dos brasileiros e de seus parceiros, os alemães ocidentais, parece ter superado a oposição americana ao acordo nuclear.

Finalmente, o Governo Carter se convence que o acordo é definitivo e nem o Brasil vai abrir mão de seu futuro nem a Alemanha quer fechar as portas à exportação de equipamento industrial nuclear, vinculados a questões de princípios internos do governo americano.

No último domingo, após a Conferência de Londres, os governos Carter e Schmidt chegaram a um ponto de vista comum que um assessor do Presidente americano definiu como "uma questão sobre a qual não se pode adotar posições unilaterais e isso se aplica aos Estados Unidos, do mesmo modo que aos demais países".

Finalmente, chegou-se ao entendimento. No comunicado final da Conferência, os países mais desenvolvidos do Ocidente acentuam seu interesse em desenvolver o uso pacífico de energia nuclear.

Sem procurar congelar a história, negando a nações em emergência — como o Brasil — o direito de buscar no átomo a energia que haverá de garantir um crescimento continuado para o bem-estar de todos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Depuado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, que uma das maiores reivindicações que esta Casa tem feito, e, principalmente, nesses 6 anos que tenho a honra de conviver nesta Casa, é no setor rodoviário.

E, hoje, o Sr. Governador do Estado do Paraná, já foi ressaltado, nesta tribuna, em cerimônia no Palácio Iguaçu, assinou vários editais de concorrência para serem iniciadas, dentro de poucos dias, obras da mais alta importância para nosso Estado.

Estrada — é a grande reivindicação e um dos maiores problemas que o Paraná teve, tem e por algum tempo, ainda terá. E, nós, que tivemos oportunidade de acompanhar, muitas vezes, prefeitos, vereadores, dirigentes classistas, até o Sr. Governador, ou mesmo a Secretaria de Transportes, para pleitearem rodovias para sua região ou regiões que nós representamos, hoje, nós estamos sentindo uma obrigação, de nossa parte de, desta tribuna como já em tantas outras vezes fizemos rei-

vindicações de várias estradas, de vir aqui, não agradecer totalmente ou dar um voto de louvor; mas, reconhecer, sem dúvida, o esforço que o Governo do Estado e Secretaria de Transportes vêm fazendo hoje neste Estado para resolver este grande problema que o Paraná sempre teve.

E nós tivemos oportunidade de ver como não se privilegiou determinada região deste Estado; quase todas as regiões do Estado do Paraná tiveram ou foram aquinhoadas com trechos que, dentro em breve, serão asfaltados. E, nós, os Deputados, que constantemente percorremos este Estado, que a exemplo do motorista de caminhão, do motorista de ônibus, também estamos acostumados a empurrar o nosso veículo ou o veículo que estamos dentro, sabemos quanto isto é importante.

Nós que também temos oportunidade de representar o lavrador do Paraná, o agricultor paranaense, sabemos, também, o quanto importante é para a agricultura paranaense, para o escoamento dos produtos agrícolas, a realização de um trecho asfáltico, por menor que seja.

Portanto, em nome daqueles prefeitos ou daquelas regiões que representamos e que por diversas vezes reivindicamos estradas ao Sr. Governador, nós queremos agradecer a este esforço que hoje está se fazendo no Paraná, para que, dentro em breve, este problema deixe de existir e o homem que reside no Paraná, possa se deslocar de um canto para o outro, sem a preocupação de - se vai ou não empurrar o carro, ou se amanhã vai chover, se com chuva nós não podemos sair hoje.

Graças a Deus, a seriedade com que este setor, hoje, é encarado em nosso Estado, faz com que a gente tenha uma confiança plena de que, realmente, o Paraná, hoje, no setor rodoviário do nosso Estado está com homens que encaram o assunto com muita seriedade e dentro em breve, se não resolverem totalmente os problemas e nós sabemos que é impossível a solução total destes problemas, mas serão muito diminuídos e serão por demais positivos para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já os oradores que nos antecederam fizeram referências sobre a reunião que tivemos hoje no Palácio Iguaçu, onde S. Exa. o Sr. Governador liberou para a execução imediata, vários trechos de pavimentação asfáltica no Estado dentro do plano do Governo.

Contudo, eu não poderia deixar, nesta data e neste momento, sem que, da tribuna da Assembléia, como representante de uma das regiões do Estado, que foi das mais aquinhoadas dentro deste plano governamental, fazer através deste pronunciamento, bem claro e bem alto o agradecimento do povo, principalmente da Comarca de Astorga e particularmente do Município de Astorga, de Munhoz de Melo, de Iguaçu, de Santa Fé, de Flórida e de Guaraci.

Essa reivindicação que já de muito tempo tem sido trazida aos líderes regionais e através deles a S. Exa. o Governador do Estado, não somente a este como também aos Governadores anteriores, nós tínhamos já no traçado e no trecho de Maringá a Santo Inácio, feito aqui desta tribuna e muitas vezes até em aparte a outros Deputados da região, pronunciamentos do quanto significa a ligação Maringá a Santo Inácio.

Não fosse o interesse interestadual, não fosse a ligação de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Campo Mourão, de Maringá com o Porto Santo Inácio com destino ao Norte do Brasil, haveria de qualquer representante desta região da Comarca de Astorga ou de Colorado, dizer que num trecho de apenas 85 quilômetros, são diretamente beneficiados o Município de Iguaçu; Município de Maringá, de Santa Fé, de Nossa Senho-

ra das Graças, de Cafeara e de Santo Inácio.

Um trecho pequeno com tamanho significado, ligando o escoamento de uma das regiões ou da região de maior produção agrícola e pecuária do Paraná com o Estado de São Paulo e com o Estado de Mato Gross, conseqüentemente com o Norte do Brasil.

Haveríamos de pensar que S. Exa. o Sr. Governador do Estado tivesse ao liberar o trecho apenas de Maringá a Iguaçu, pensando, como já insinuou alguém, fazer apenas uma promoção política.

Mas o trecho que segue é um plano de governo; o trecho pequeno que foi liberado agora é parte de um trecho todo e é a lacuna asfáltica entre Maringá e o Porto Santo Inácio.

Evidentemente que ao chegarmos em Iguaçu, estamos mais perto de Santa Fé; evidentemente que chegando de Astorga a Iguaçu, estamos mais próximos de Nova Esperança.

E esta rede de Maringá a Santo Inácio, de Astorga a Nova Esperança e de Guaraci a Atalaia, faz com que esta região se torne numa das mais bem servidas de asfalto do Brasil.

Motivo pelo qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este parlamentar que com orgulho e muito alegria neste momento, representa a maioria dos arenistas daquela região, vem de público agradecer a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, porque entendo porque assim me fizeram entender os meus representados; do meu partido nesta região e que não haverá mais ou por muito tempo, não haverá muito o que ser solicitado do Governo do Estado em pavimentações asfáltica. Porque haverá de ser - e olhando o mapa do nosso Estado, nós haveremos de ver nesta região, a maior cobertura asfáltica do nosso Estado.

Motivo este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu quero, novamente endereçar desta tribuna, em nome do povo que represento, o agradecimento a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário do Transporte, e aos demais técnicos que participaram, para que esta obra de tamanho significado, tão reivindicada, estivesse a tão curto prazo com possibilidade de ser iniciada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezí. (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglío.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento em que diversos oradores se manifestaram desta tribuna, em regozijo a novas estradas que o Exmo. Sr. Governador do Estado pretende executar, nós temos um dito: — "que o Brasil é o País das obras inacabadas". — É o que acontece com o asfalto Toledo a Palotina, que já sente o tráfego pesado, porquanto lá não foi feita camada asfáltica, lá só foi feito macadame.

E nós aguardamos que antes que o Governador inicie novas construções de estradas, que se termine esta; pelo menos que se faça a camada asfáltica.

Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje esta tribuna no intuito de prestar aos Srs. Deputados, especificamente ao nobre Deputado Egon Pudell, que nós aguardamos desde segunda-feira, ontem e hoje para que aqui estivesse presente, porquanto nós mencionaríamos o seu nome e gostaríamos do seu aparte.

"Esclarecimentos no sentido de diremir dúvidas em torno de manifestação nossa à imprensa toledana, quanto ao

pronunciamento de S. Exa., feito desta tribuna no dia 12 e 13 de abril próximo passado, a respeito da comercialização do soja.

Magoadado com a nossa manifestação, o nobre Deputado ocupou esta tribuna no dia 5 deste mês, segundo divulgação em "O Paraná", jornal de Cascavel, para dizer que não afirmou que "não se deve parar com a exportação do soja, mas apenas recomendou preocupação".

E, temos a dizer, que após o primeiro pronunciamento de S. Exa. o Deputado Egon Pudell, foi a seguinte a manchete do jornal: "Egon Pudell pede paralisação da exportação de soja".

No segundo pronunciamento de S. Exa., num dos tópicos, diz o seguinte: "Não apregoamos que se deve parar com a exportação do soja; recomendamos preocupação na exportação".

Preocupação, Srs. Deputados...

A própria imprensa foi taxativa, quando diz que o pronunciamento do nobre Deputado estava em uníssono, de acordo com os grupos moageiros.

Portanto, não fomos só nós que afirmamos que, além de gerar melhores garantias à indústria de óleo e farelo, também seria a grande beneficiada, pois passaria a forçar a baixa da cotação do soja.

As exportações necessitam cumprir uma missão de impedir que o "deficit" da balança comercial se alargue desmedidamente.

Exportação não é apenas proporcionar divisas. O mercado mundial é a garantia para a colocação de parcelas substanciais de sua produção.

Pelo menos até a formação de um mercado interno de massas, que seja implantado em sua plenitude. Assim a colocação de safras no exterior defende a renda do produtor que, por sua vez, determina o nível de consumo de bens industrializados, que se reflete no nível de emprego e renda urbana e novamente no consumo de produtos agrícolas.

Dizia mais adiante o nobre Deputado: "A política econômica do Governo recomenda precaução".

"Precaução, Srs. Deputados".

E, mais adiante: "A eventual falta de matéria prima elevará os preços do produto industrializado que todos os brasileiros consomem."

O preço do óleo, Srs. Deputados, que é a preocupação do nobre Deputado, não será elevado por falta de matéria prima, porque o soja deste ano, está praticamente estocado nas cooperativas, nas indústrias ou com os próprios agricultores.

Quem elevou o preço do óleo, meus senhores, para mim foi o governo.

Temos uma portaria da Superintendência Nacional do Abastecimento, portaria 23, de 11 de abril de 1977.

Entre os considerandos, quero ler o quarto: "Considerando que cumpre manter disciplina à comercialização do óleo de soja comestível, face aos subsídios concedidos".

Isto foi em 11.4.77. E em 14.4.77 o óleo de soja, de 10,90 passou a 13,05.

Após a fixação do confisco de 7 por cento, observou-se uma elevação de 19,7 por cento no preço do óleo de soja no mercado consumidor.

O que elevou os preços não foi a falta de produto, como alega o ilustre Deputado Egon Pudell. Foi a SUNAB, e aqui está a prova.

Continua Egon Pudell, dizendo: "Achamos que o nobre Deputado se refere a mim — devia saber que a oferta em demasia do mercado nacional ou qualquer outro mercado, seja qual for a mercadoria, estimula a queda do preço."

Em seguida, diz o seguinte: "É sabido que, nesta época não existem estoques contábeis nos Estados Unidos, e que

não existe estoques nos países consumidores. A safra americana deve ser colhida de agosto em diante."

Não nos parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a exportação de meia dúzia de toneladas, conseguiria congestionar o mercado internacional de soja. Há um pouco de exagero na fala do ilustre Deputado.

Temos aqui, a exportação que foi efetuada até o mês de abril; segundo o Centro de Comércio Exterior do Paraná, até há 15 dias atrás, tínhamos exportado somente 32 mil e 134 toneladas, e exportaremos ainda cerca de 11 milhões e tantas toneladas.

Diz o nobre Deputado: "não existe estoque nos países" E não existe mesmo.

O "carry-over" americano está no seu nível mais baixo. A China, terceiro produtor de soja, também — segundo a imprensa — devemos exportar para a China 390 mil toneladas de soja.

Perguntamos ao ilustre Deputado: "quem compra soja? Quem compra a maior fatia de soja consumida?"

Parece-nos que são as multinacionais, mas quem vende as maiores quantidades de soja, quem esmaga a maior parte de soja no País? Parece-nos que não são as multinacionais.

Somente o excedente de grãos. E nem poderia ser diferente. Pois, caso contrário, as indústrias teriam que fechar as suas portas, por não poderem manter o equilíbrio econômico.

Queremos mostrar a V. Exa. que, segundo o Centro do Comércio Exterior do Paraná — CEXPAR — está em primeiro lugar a COCAP, que vende 217 mil e 141 toneladas; em seguida vem a COTIA, com 73 mil e 500 toneladas; depois vêm as cooperativas de Piquiri, Oeste, Mourãoense, Cascavel, Rondon, Ponta Grossa, Consolata, Entre Rios, Três Fronteiras, Capanema e outras.

E as multinacionais: Intercontinental, Neva, Coimbra, Contibrasil, Cobec, Felixal, Cargill e outras.

Queremos fazer destaque que o que as multinacionais têm vendido é farelo de soja, e óleo de soja, 157 mil e 712 toneladas; vendemos muito mais "pellets" de soja: um milhão e 957 mil toneladas.

Quem vende mais farelo de soja são as moageiras: Sanbra, Cargill, Anderson Clayton, Minga-Gauzu e outras, atingindo o total de 1 milhão e 900 mil toneladas.

Por isso, Srs. Deputados, queremos ler o pronunciamento do Deputado Egon Pudell, que diz: "Sabemos que a maioria dos países tem estocado maior quantidade de grãos do que sua própria capacidade." É o que acontece mormente no Brasil.

Aqui o nobre Deputado se refere à ociosidade na indústria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Houve anos em que os países ricos absorviam as exportações residuais dos países em desenvolvimento.

Não apenas no Brasil, mas também nos países asiáticos e outras regiões em desenvolvimento conseguiram vender seus produtos têxteis, seus complementos eletrônicos e outros de baixo teor tecnológico.

Hoje as próprias indústrias de países ricos estão em crise por excesso de investimento nos últimos anos, por ampliação exagerada de sua capacidade produtiva.

Estas nações reduzem suas compras quando não procuram levantar barreiras formais em defesa de seus mercados.

Isto o que aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos países ricos também há ociosidade. Muito mais nos países em desenvolvimento.

Temos ociosidade em todas as nossas indústrias. Temos ociosidade nas fábricas têxteis. Temos ociosidade dentro das fábricas de automóveis, de tratores, de automotrizas. Temos ociosidade nos frigoríficos. Temos ociosidade no trigo.

Todas as indústrias nossas têm esse problema de



ociosidade.

No fim do ano de 1975 os frigoríficos pediram ao Governo que desse licença para trabalharem somente seis meses devido a esta ociosidade.

Contanto que o Governo redimisse das taxas municipais, estaduais e federais.

Até hoje o Governo não deu resposta mas sabemos que, de lá para cá, nós estamos importando carne para dar um pouco menos de ociosidade a estes frigoríficos.

E hoje estão saindo do Uruguai 35 mil toneladas de carne para ser distribuída aos frigoríficos, para que seja beneficiada e exportada em forma de enlatados.

O trigo, que alguns Deputados, inclusive o meu companheiro de Toledo, Deputado Egon Pudell e o Deputado Lázaro Dumont, fizeram um pronunciamento sobre o passeio do trigo nós concordamos em achar que o Governo está certo.

É a única vez que venho aqui e defendo o Governo, que, me parece, está certo.

19 moinhos de trigo estão praticamente fechados. Mas por que estão fechados?

Estão fechados porque venderam seus registros, venderam suas capacidades, suas cotas de moagem que foram vendidas para São Paulo para ser moído, porque faltou alguma coisa que esses moageiros talvez gostariam mais de receber o lucro deste registro do que estarem moendo o trigo.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Um moinho de trigo vendeu para o grupo da Sadia o Moinho Lapa, em São Paulo. Com muita satisfação, nobre Deputado...

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. aborda exatamente um tema muito importante, da questão do trigo.

Realmente, maus moageiros venderam suas quotas; realmente preferiram o lucro fácil da renda da quota, ao lucro difícil da venda do trigo.

Mas se formos analisar mais a fundo a questão, nós veremos que, atrás desta situação estão, para infelicidade deste País, novamente, as multinacionais porque, aqui em Curitiba, existem moinhos com capacidade ociosa.

E, com o argumento de acabar com o passeio do trigo, o Governo do Estado, o Governo da Nação através dos seus bancos está financiando uma nova unidade moageira em Ponta-Grossa, pertencente a grupo de multinacionais, com pedra fundamental colocada pelo Sr. Presidente da República, com quotas saídas do Paraná para este grupo multinacional, e que agora volta ao Paraná com dinheiro paranaense e brasileiro, com quotas compradas talvez de maus moageiros paranaenses mas que, indiscutivelmente, mandarão o lucro para as suas terras de origem.

É contra isto, Sr. Deputado, que nós nos rebelamos. Porque no Interior se fecham os moinhos por falta de quotas. Mas, temos a indagar: quais as razões que levaram esses moinhos a venderem suas quotas? Temos de perguntar: por que o Ministério competente não distribui quotas que não possam ser vendidas? Por que não se cria uma região aqui no Paraná, para que as quotas não saíssem daqui?

Porque é interesse das maiorias da economia brasileira, em favorecer as multinacionais e, desgraçadamente, para esta Pátria, estamos nós, os bancos oficiais do Estado e da Nação, a emprestar dinheiro às multinacionais, para virem se colocar em Ponta-Grossa, altamente prestigiada pelo Presidente da República. É isto que nos revolta. Enquanto no Interior os pequenos moageiros têm mais vantagem em vender as suas quotas, nem por isto devem ser taxados de maus brasileiros, porque se as quotas tinham valor, elas foram taxadas fixamente pelas multinacionais; depois de absorvidas estas quotas, eles mandam para o mercado.

Isto é o que ocorre. E infelizmente, os poucos moageiros que temos aqui em Curitiba por exemplo, têm medo, como o Presidente do Sindicato dos Moageiros do Paraná, que tem medo de vir a público dizer isto. A mim ele disse — proibiram-me de falar — com os dados que me entregou.

Infelizmente o que temos são as multinacionais que, aos pouquinhos vão absorvendo, como absorveram agora, a maior fábrica de móveis do País, a MÓVEIS CIMO, porque atrás da Móveis Cimo está a Placas do Paraná e, atrás da Placas do Paraná está a Dupont Nemours.

Brasileiro tem que importar tecnologia para fazer camas, e é isto que nos revolta. São as multinacionais estrangulando este País.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Nobre Deputado, discordo um pouco do seu pensamento. V. Exa. sabe que o meu pensamento é a favor das multinacionais.

Nós achamos que o capital estrangeiro que seja bem vigiado, nos parece até útil ao desenvolvimento deste País.

O problema do moinho que vem se instalar em Ponta-Grossa, acho que devemos isto ao Governo, que o Governo está querendo trazer a indústria moageira que é quase supérflua em São Paulo e que aqui faz falta, então quer mandar este grupo que tem quotas, que tem o seu registro, ele está fazendo força e dando apoio justamente para que venha ao Paraná, para evitar justamente o passeio do trigo.

Isto é o que me parece, porque V. Exa. falou em ociosidade, nobre Deputado: todos os moinhos, ainda com estes quase fechados no Paraná, têm ociosidade e o Governo não pode dar mais quotas, a não ser que comprometa ainda mais esses moinhos.

Então, está transferindo a quota de São Paulo, para o Paraná, para evitar, justamente, o passeio do trigo.

O Sr. Ernesto Gnoato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dal'Oglio, acredito que o seu pronunciamento desta tarde, é muito feliz para o Paraná e discordo completamente do aparte que V. Exa. recebeu do Deputado Deni Schwartz.

Deni Schwartz, acha que só dinheiro dos outros Estados, que pode valer; o nosso dinheiro, paranaense, o Governo empata, aqui, dinheiro do Brasil; não depende se é das multinacionais.

Ele traz para o Paraná, o progresso e a indústria. Congratulo-me com V. Exa. e discordo completamente, do Deputado Deni Schwartz. Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Agradeço o aparte do Deputado Ernesto Gnoato.

Mas, continuando, dizia o nobre Deputado Egon Pudell: Recentemente, tomamos conhecimento do confisco cambial de 7 por cento.

Fomos contra este confisco e lutamos por todos os meios de que dispúnhamos, interferindo até junho junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Nós não vimos o Sr. Egon Pudell, fazer, o Sr. Deputado Egon Pudell, fazer algum pronunciamento aqui a respeito do confisco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o confisco que era de 7 por cento, passou a doze e ninguém esperava.

Esperava-se, no máximo, dez por cento, índice anunciado pelo Sr. Secretário da Fazenda, como o possível, caso a cotação do soja, no mercado internacional, chegasse a quatrocentos dólares.

Ela não chegou a este teto; mas, o confisco foi alterado para mais do que seria justo esperar.

Para os produtores, a manifestação representa uma retirada de Cr\$ 38,00, por saca de soja.

O Governo alegou que seria para frear o enriquecimento do preço do óleo.

Essas medidas e outros fatos já viraram rotina pois caracteriza que a política agrícola deste País, tem mais diretrizes iniciais, do que objetivos finais.

O produtor, fica com o ônus; as benesses, são confiscadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa). — Havendo declinado, deseja consultar a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, o Sr. Líder Luiz Roberto Soares, se quer fazer uso do tempo que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.  
O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, havia, ontem, se comprometido, trago, neste momento, os esclarecimentos que se fizeram e se fazem necessários em razão do requerimento apresentado pelo nobre Líder do Partido da Oposição, Deputado Trajano Bastos, que se refere a eventuais detenções ou prisões efetuadas, ontem, a estudantes paranaenses.

Em seu requerimento o eminente Líder da Oposição requer, primeiramente, que o Sr. Secretário de Segurança informe se houve prisões de estudantes no Paraná, nas últimas 24 horas; em segundo lugar, em caso afirmativo, quais as razões que justificaram tais prisões; e em terceiro lugar, o nome dos estudantes presos e à disposição de que autoridade se encontram detidos.

Tenho a gratíssima satisfação de informar, que a rigor, nenhum estudante foi preso ontem no Paraná. Foram tão somente conduzidos para prestar depoimentos. Logo após a prestação de tais depoimentos foram imediatamente liberados e entregues aos seus pais. Eram dezessete o número de pessoas conduzidas a prestar tais depoimentos, sendo que algumas delas nem sequer estudantes eram. Não se encontra atualmente detido ou preso no Paraná, nenhum estudante. As razões que justificaram tais conduções, se referem ao que dispõe o Decreto-Lei número 898, a chamada Lei de Segurança Nacional.

A Secretaria de Segurança do Estado do Paraná e também este é o entendimento da liderança da ARENA, não julga conveniente declinar nome das pessoas conduzidas a prestar depoimento ontem, porque tal revelação poderia possivelmente ensejar alguma complicação nas suas atividades pessoais. Além do mais, como a Polícia competente seria a Polícia Federal e esta nem sequer realizou flagrante, julgamos aconselhável deixar de declinar tais nomes, repito, porque a enunciação destes, poderia, eventualmente, trazer alguma dificuldade à vida de cada um.

É portanto, com muita satisfação que registramos, pelo Sr. Secretário de Segurança ter conduzido exemplarmente este episódio, não se verificando, evidentemente, nenhuma ilegalidade e nenhuma violência.

E louva o zelo com que se houve a liderança do MDB, em procurar esclarecer possíveis lesões à integridade física, ou possíveis lesões ao nosso ordenamento político. No Paraná, não há, portanto, nenhum estudante preso. E saibam os Srs. Deputados e saiba o Sr. Presidente, que há poucos minutos foi encerrada a reunião dos estudantes, realizada na Reitoria da Universidade do Paraná, tudo transcorrendo dentro da maior normalidade. Tendo inclusive aquelas dependências sido usadas por expressa autorização e determinação do Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Conforme, portanto, esta Liderança se comprometeu, traz hoje, à liderança do MDB, aos Srs. Deputados, os esclarecimentos que foram ontem, solicitados.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Líder Luiz Roberto Soares, desejo em meu nome pessoal, como membro deste Poder, cumprimentar V. Exa.,

principalmente pela iniciativa adotada ontem por V. Exa. de, buscando através do entendimento entre as bancadas, abreviar as informações que foram solicitadas pela liderança de minha bancada.

E cumprimentá-lo, gostaria de registrar, em relação à conduta de V. Exa., como sendo a mesma oportuna e que em relação a outras matérias, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma política verdadeiramente democrática, embora de difícil adoção hoje, em nosso País, ela não pode ficar esquecida.

E cumprimento V. Exa. finalmente, pelo êxito da missão de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu é que agradeço, nobre Deputado.

Tanto o seu Partido, como o meu Partido por certo, não daria assentimento e nem concordaria com nenhuma atitude arbitrária ou que não estivesse dentro dos estritos limites da legalidade.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei número 169/74, de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, no seguinte teor: (Lê):

#### "E M E N D A

Substitutiva ao Projeto de Lei número 169/74

O art. 1º — Passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Poema, no município de Pitanga, com as seguintes divisas: partindo da cabeceira da Água dos Alemães até sua desembocadura no Rio Muquillão e descendo por este até o Rio Corumbataí; subindo pelo Rio Corumbataí até o ponto de desembocadura do Rio Tigre e, subindo por este até o ponto onde ele recebe a Água da Anta e, subindo por esta, até sua cabeceira, dali por uma linha seca de 280 metros, até encontrar o ponto de partida.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

O Ofício de número 136/77 de 19/04/77, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pitanga, ao Senhor Presidente desta Casa protocolado sob número 3780, que anexamos ao presente, traduz a oportunidade da presente emenda, que temos certeza contará com a aprovação desta Casa."

A Emenda necessita de apoio. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 195/68, de autoria do Deputado Roberto Galvani, que cria no município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Carajá, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo, pelo Substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/74, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo criar no município de São João do Ivaí, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo, pelo Substitutivo Geral.



2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 169/74, de autoria do Deputado João Mansur, que cria no município de Pitanga, o Distrito Administrativo de Poema, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto há uma emenda substitutiva de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, já apoiada. Em discussão o projeto e a emenda. Em votação o projeto. — APROVADO. — Em votação a emenda. — APROVADA.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 18/75, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que cria no município de Capanema, o Distrito Administrativo de Pinheiro, cuja sede e divisas especifica. — Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 79/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria no município de Corbélia, o Distrito de Ouro Verde do Piquiri, com delimitações que especifica. — Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 80/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Iguatu, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 81/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no município de Corbélia o Distrito Administrativo de Braganey, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 82/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — (Anexo o projeto de Lei número 118/75, do Deputado Werner Wanderer, tratando da mesma matéria).

A este projeto de lei foi anexado o Projeto de Lei número 118/75. Em votação ambos projetos — APROVADOS, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 85/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral, da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo, pelo Substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 119/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Juvínópolis, cuja sede e divisas constam em Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 137/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 145/75, com redação que especifica, demarca as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto-Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, no município de Ivaiporã. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CTIC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 160/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria os Distritos Administrativos de Entre Rios, Iguiporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 181/75, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que cria no município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho D'Oeste e Bandeirantes do Oeste, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 115/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 389/76, criando no município de Umuarama, os Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 150/76, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que cria no município de Londrina, o Distrito Administrativo de Maravilha, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Luiz Roberto Soares, na qualidade de líder da ARENA nesta Casa, comunicando que designa para compor a Comissão Especial para discutir com Parlamentares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aspectos relacionados com o Programa de Obras do Governo Federal para a região Sul, os seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, João Fadel, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli e Luiz Roberto Soares. — Ao Departamento Legislativo. - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através da Secretaria de Obras Públicas, o Departamento de Estradas de Rodagem efetue sindicância a respeito de materiais destinados pelo Estado ao município de Toledo que, enviados, não chegaram a seu destino. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 29º aniversário de fundação do município de Lupionópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e aplauso desta Casa, pelo transcurso do 42º aniversário de emigração para o Brasil da família Gustavo e Herta Schlieper. — APROVADO. A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Lauro Barbassori, DD. Vice-Prefeito Municipal de Ibiaporã, que se faz acompanhar do Sr. Otoniel Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Ibiaporã.

Da mesma forma, temos a satisfação de registrar, para honra nossa, a presença do Sr. Romeu Bernardi, Secretário de Obras e Viação de Londrina, do Dr. Edison Rissoli, Diretor Presidente da COHAB de Londrina e do Sr. José Maria Vaz, Secretário dos Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Londrina.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo as determinações no sentido de ser construída uma estrada, ligando a sede municipal de Nova Santa Rosa e Vila Maricá assim como seja procedida a sua atualização. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a promoção de uma campanha esclarecedora para combate a certas enfermidades ou perturbações próprias das vésperas do inverno. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, pleiteando celeridade nas obras de duplicação da Rodovia BR-277, bem como o imediato pagamento das indenizações referentes às desapropriações, com os devidos reajustes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo sua interferência no sentido de permitir pleno funcionamento da Escola Normal "Victor do Amaral" da cidade de Itambé. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo a todos os integrantes das bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento na Câmara Federal e Senado Federal, no sentido de liderarem a campanha cívica em defesa da integridade da família brasileira, contra a instituição do divórcio.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. V. Exa. informa bem a Casa. Já há tantos dias este requerimento do eminente Deputado Jurandir Messias e não conseguiu ainda lograr a sua aprovação pela Casa. Porque, reiteradamente, têm-se insistido em negar quorum para a sua deliberação.

Requereria Sr. Presidente, isto. Que antes de ser submetido, V. Exa. procedesse à verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende V. Exa., depois de alertar os Srs. Deputados que porventura se encontram nos seus gabinetes, fazendo soar o novo aparelho elétrico instalado que, sabemos, não ser do agrado, o seu som, dos Srs. Parlamentares.

Esta Presidência fará com que o Sr. Primeiro Secretário proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procedendo a chamada dos Srs. Deputados).

Trinta e dois Srs. Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo quorum para deliberação, em votação o requerimento do Sr. Jurandir Messias. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — REJEITADO.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende e fará verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Jurandir Messias, queiram levantar-se. (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). — Dez (10) Srs. Deputados aprovam; dezenove (19) Srs. Deputados rejei-

tam. REJEITADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente anterior, solicitando seja feita votação nominal para o requerimento proposto e já lido da tribuna.

A Presidência lembra os Srs. Deputados, na sessão do dia 04 do corrente mês, S. Exa., o Sr. Deputado Edilson Alencar, requereu que a Assembléia Legislativa do Paraná, envie ofício ao Congresso Nacional, expressando seu veemente apelo para que os autores das emendas constitucionais que visam a instituição do divórcio no País, sejam cientificados da urgente necessidade da sua não discussão e votação, enquanto não se fizer ampla consulta popular.

Sobre este requerimento, o Deputado autor, requer votação nominal, e a Presidência colocará à deliberação do Plenário o requerimento em que S. Exa. o Deputado Edilson Alencar requer votação nominal.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encarecer de V. Exa., Sr. Presidente, que o eminente autor do requerimento dê uma informação que me parece preliminar para qualquer deliberação, inclusive no que tange a votação nominal deste requerimento. O eminente Deputado Accioly Neto, parece-me, da tribuna da Casa, teria sugerido, teria apelado ao autor do requerimento, no sentido de que aceitasse aduzir ao seu requerimento emenda propondo uma modificação quanto à época, ou oportunidade de se proceder um referendun popular com relação a essa matéria.

Perguntaria a V. Exa. se a Mesa recebeu autorização do autor, acatando a sugestão do Deputado Accioly Neto, ou se assim não procedeu, consultar o autor se acatará ou não a sugestão que lhe foi dirigida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa. Sobre a Mesa existe requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, datado de 5 do corrente mês, em que S. Exa. propõe à consideração dos Srs. Deputados, que se emende o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar, a fim de que a consulta publicitária preconizada por S. Exa. e que trata aquela proposição, seja efetivada após e se aprovadas as emendas constitucionais pertinentes.

A Presidência regimentalmente terá que colocar e submeter à apreciação, inicialmente o requerimento do Deputado Edilson Alencar, para posteriormente colocar em votação o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, que propõe praticamente uma emenda à proposição do eminente Deputado Edilson Alencar. Todavia a Presidência, se entender o Plenário pode dar prioridade, sem ferir o Regimento, ao requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto. Se o Plenário aprovar o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, entende a Presidência prejudicado no seu todo o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

Por esta razão, a Presidência deu prioridade ao requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

A Presidência está colocando em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar em que requer votação nominal para o seu requerimento, solicitando seja sobrestada a discussão e votação pelo Congresso Nacional das emendas constitucionais, que visam a implantação do divórcio. Em votação o requerimento de votação nominal. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — REJEITADO o requerimento.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, solicito verifica-

ção de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de votação nominal, do Sr. Edilson Alencar, queiram levantar-se. (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitem o requerimento, queiram levantar-se. Vinte e três (23) Srs. Deputados rejeitam; cinco (5) Srs. Deputados aprovam. — REJEITADO o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, não entendi bem o procedimento de votação. Temos um requerimento para deliberar, de autoria do Sr. Edilson Alencar, que me parece, diante de não ter acedido a indagação que foi feita, não está encampando a emenda proposta pelo Deputado Accioly Neto.

Diante disto, ao que me consta, há um requerimento do Deputado Edilson Alencar e uma emenda ao requerimento, de autoria do Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeitamente.

O SR. ENÉAS FARIA — Rejeitado o requerimento do Deputado Edilson Alencar, estará prejudicada a emenda. Não se constituirá em proposição autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja informar a V. Exa.

A Presidência, inicialmente, colocou em votação o requerimento, solicitando votação nominal para a matéria. Rejeitado o pedido de votação nominal, a Presidência, fará pela forma regimental, simbolicamente, colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar, ressalvada a emenda do Sr. Deputado Accioly Neto, que, posteriormente será objeto de deliberação.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, pois colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para me posicionar, neste requerimento que está motivando uma espécie de derivação nos poderes legislativos, causados pela proposição inoportuna deste projeto por Senadores às emendas constitucionais visando o divórcio.

Já me posicionei nesta Casa, como também na imprensa, contrariamente, à oportunidade de apreciação pelo Parlamento brasileiro, a respeito de um projeto deste teor, principalmente tendo em vista que o País clama pelo debate de temas muito mais sérios, principalmente no campo jurídico-institucional e no campo econômico. E este caso em debate é apenas um apêndice de pequena relevância, diante de tão grandes problemas sociais que tem o País, derivados, quem sabe, do modelo econômico e do modelo jurídico-excepcional adotado à administração do País. É um pensamento pessoal e por esta razão votarei contra qualquer tipo de manifestação, sem visar o mérito, qualquer tipo de requerimento, de proposições, de projetos que visem a tratar nesta oportunidade do problema divórcio.

A minha posição será contrária, sistematicamente contrária, pela inoportunidade de que está revestido, inclusive mais, desviando a atenção de quantos poderiam estar prestando serviços de maior relevância para o momento institucional atual.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamentavelmente, esta Assembléia se vê, novamente, alvo de um circo; lastimavelmente esta Assembléia colabora para que o homem político, seja mais uma vez, motivo de riso, por parte daqueles que nos mandaram para cá.

Demagogicamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, procura-se nesta Casa jogar uns contra os outros. Mas antes de lan-

çar um desafio que daqui desta tribuna eu farei, quero também, para que conste dos Anais da Casa, repetir o que disse aos jornalistas aqui presentes, há mais de vinte dias. E a Rádio Independência deve possuir a gravação, ela que, através de seu repórter, ouviu meu pronunciamento.

Infelizmente, um homem de meu Partido, aproveitando-se de uma situação altamente criticada por meu Partido, um Senador de meu Partido, apresentou ou re-apresentou, num momento inoportuno, o projeto que institui o divórcio. É lastimável, não pelo projeto em si, que acredito assunto para uma ampla discussão nacional.

Mas, no momento em que a democracia brasileira é espezinhada, um homem do meu Partido se prestou para uma ação diversionista. Quando todos precisavam achar uma fórmula para o Brasil, ele se aproveitou do momento para chamar a atenção do povo brasileiro para este assunto altamente polêmico.

Sr. Presidente, naquela oportunidade em que me pronunciei na Rádio Independência, advoguei um plebiscito, conforme agora está consubstanciado neste requerimento do Deputado Edilson Alencar, porque nenhum Deputado Federal ou Senador, lá se encontra após campanha em que pregasse o divórcio. Esse plebiscito deveria ser feito, como o foi na Itália, para ouvir a população sobre um assunto altamente importante.

Dizia ainda, Sr. Presidente, que ficava a indagar se o MDB, o meu Partido, tem moral para votar um projeto, qualquer que seja, de alteração da Carta Magna deste País, ele que se rebelou e que devia se rebelar, como todos nós nos rebelamos contra a maioria simples e o fim dos dois terços para aprovação de emendas constitucionais.

E eu pergunto, Srs. Deputados, sem entrar no mérito do divórcio, pelo sim ou pelo não, se o Congresso Nacional e em especial homens do MDB, têm condições morais de, usando uma Constituição que não é Constituição, fazer alterações na mesma.

Mas não é por isso apenas, Srs. Deputados. Rebeleime e revoltei-me ao ver um homem, Deputado Estadual, a anotar os nomes daqueles que divergem de seu pensamento.

E eu pergunto a esta Casa: que moral tem este homem que há um ano atrás trouxe uma verdadeira ignomínia a esta Casa, ao apresentar um projeto que regulava os hotéis de alta rotatividade? Que pode ser esta Casa senão um circo, quando se quer fazer demagogia com coisas sérias?

Quando se fica há mais de duas semanas a discutir se devemos ou não nos manifestar?

E que dizer daqueles que assinaram um projeto que em boa hora a Comissão de Constituição e Justiça fez arquivar nesta Casa? Lembram os homens que lá estavam, que inclusive o delegado do DOPS aqui esteve para esclarecer a verdadeira finalidade daquele ignominioso projeto.

Que moral têm outros Deputados para falar contra o divórcio, se divorciados já são e vêm aqui procurar fazer com que os outros se manifestem.

Olhemos nos nossos telhados primeiro, para vermos se não são de vidro.

Sr. Presidente, infelizmente, esta Assembléia, mais uma vez, está se prestando para um circo.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Congresso Nacional Brasileiro, indiscutivelmente, se constituiu no órgão competente para bem representar o pensamento da família brasileira.

Sem entrar no mérito, se é conveniente ou não o divórcio, sou de parecer de que os homens que têm assento no Parlamento máximo de nossa Pátria, têm perfeitas condições de discernir a questão.

É válido que, individualmente, o Deputado Estadual, o

Vereador, poderão encaminhar moções, apelos aos representantes no Congresso Nacional. Entretanto, é meu ponto de vista, que esta Casa estaria até cometendo uma infração à ética parlamentar ao encaminhar, oficialmente, uma proposição dizendo o que os Deputados Federais e os Senadores, devem ou não fazer.

Por isso, votarei contra o requerimento. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

O SR. OSVALDO MACEDO (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha posição com relação ao divórcio, nesta hora, já fora manifestada por várias vezes, junto a órgãos da imprensa.

Julgo inoportuna a discussão desta emenda constitucional, porque ela desvia a atenção do País, as inteligências e os esforços do País, para questões de somenos importância, nesta hora, quando temos terríveis sangrias a serem atadas.

Existem sangrias desatadas terríveis, como a sangria política, a sangria econômica, a sangria salarial, que precisam, urgentemente, ser corrigidas.

Ao Governo interessa que se discuta, nesta hora, a questão do divórcio. Muitas vezes, quem pouco tem para discutir, aproveita essa ocasião para pôr esse assunto em discussão.

Mas, gostaria, em concordando com o pensamento do eminente Deputado Ezequias Losso, alertar aos autores dos requerimentos sobre plebiscito, para que se sugira ao Congresso Nacional a determinação de plebiscito, alertar para terrível perigo que pode resultar da aceitação dessa medida.

O ano que vem, Srs. Deputados, teremos eleições legislativas em todo o País — e esta idéia que exponho, sou fiel em dizer, sou honesto em dizer, não é minha, é do eminente Deputado Maurício Fruct, que ainda há pouco, despertava para a questão: o ano que vem, teremos eleições legislativas, e o próprio Governo que tem interesse que as próprias questões, que os verdadeiros problemas do País, não sejam discutidos, pode-se valer dessa oportunidade para propor que se faça plebiscito juntamente com as eleições do ano que vem.

Teremos, então, eleições legislativas o ano que vem, em vez de se discutir as questões sérias deste País, estaremos dividindo a Nação entre divorcistas e anti-divorcistas, desvirtuando, portando, a real finalidade de uma eleição legislativa.

Apelo, portanto, ao bom senso do eminente Deputado Edilson Alencar, do eminente Deputado Accioly Neto, para que retiremos esta medida de pauta. Não a discutamos e confie-mos na soberania e na integridade do Congresso Nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pensávamos nós, que quando do nosso pronunciamento do dia 03 do corrente, fôssemos trazer a esta Casa discórdias e até desentendimentos.

Efetivamente, a nossa intenção foi outra. Se não a de salvar os interesses da família brasileira e dos cristãos que vivem nesta terra.

Mas hoje, Sr. Presidente, no encaminhamento do requerimento do eminente Deputado Edilson Alencar, este Deputado foi atacado e agredido da tribuna por um parte pertencente à bancada da Oposição. E não poderíamos, Sr. Presidente, nos calar mediante tamanhas acusações. Quero, aproveitando esta mesma tribuna, que tenho usado, para daqui defender com veemência, muitas vezes, a comunidade e a nossa gente.

Da mesma maneira, venho para retrucar, para responder às acusações calorosas do eminente Deputado que há pouco usou da tribuna.

É verdade que entramos com um projeto de lei por mim assinado, para tão somente regularizar a situação difícil dos donos dos hotéis.

Não tínhamos discriminações naquela intenção porque, através do preenchimento das fichas, é que se burla a arrecadação do Estado do Paraná. E a nossa intenção não era outra senão esta. Foi mal interpretada, maldosamente, diga-se de passagem, pelo Deputado que há pouco ocupou a tribuna.

Se é verdade que fizemos um pronunciamento contra o divórcio, manifestando o nosso ponto de vista — que temos o direito e a liberdade porque representamos uma parcela do povo paranaense — ele também o foi com a melhor das intenções.

Mas disse bem aquele Deputado, que muito infeliz foi o Senador do MDB, Sr. Nelson Carneiro, aproveitando-se de uma emenda constitucional, em vez de 2/3, passaremos para maioria simples, para as reformas constitucionais.

Mas, Sr. Presidente, esse Senador, e esse mesmo Deputado deveria vir à tribuna trazer alguma coisa de concreto à gente do nosso Paraná, à gente do Brasil, porém, S. Exa. sempre vem à tribuna, Sr. Presidente, para tecer críticas ao Governo do Estado e ao Governo da União e principalmente aos seus Secretários.

Até a data de hoje, se fizemos uma revisão nos Anais da Casa, não encontraremos nada de objetivo desse Deputado, especialmente para sua região, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando S. Exa. ocupou a tribuna — em altos brados, sobre o que eu quero que fique bem claro que não me atemorizam porque medo eu não tenho e nem carrego — Sua Excelência me ofendeu, desta tribuna, inclusive faltando com a ética parlamentar; então, desejo dizer a esse Deputado que, se a minha resposta não estiver sendo bem adequada, Sua Excelência a terá à hora que bem entender e que quiser.

O que deveria, isto sim, o nobre Deputado fazer assim como o Senador, em Brasília, era instituírem a Semana da Família, com um projeto de lei no Senado Federal, para que se dê aos menos favorecidos, condições de, através desta lei, a Semana da Família, regularizarem as situações entre esposos, com seus filhos. Mas, não. O que fez aquele Senador? Foi se aproveitando desta oportunidade que lhe foi concedida, que fez voltar o projeto que, tenho certeza, no Interior do Estado e no Interior do Brasil, se for feito um plebiscito ele terá uma derrota esmagadora e consagradora, para o bem das nossas famílias, para o bem dos nossos filhos, para o bem dos filhos desse mesmo Deputado — se S. Exa. os tem, o que eu ignora — o Senador Nelson Carneiro.

Este é o meu ponto de vista que eu desejo ratificar, confirmar e deixar bem claro nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem tomou nota, quem anotou os nomes dos Srs. Deputados que votaram contra o nosso requerimento, foi este Deputado que vos fala, e se o fiz, não foi com a intenção de marcá-los para qualquer objetivo futuro com referência ao divórcio, o fiz simplesmente para saber quem tem a sua opinião formada contra o divórcio, nesta Casa. E é nesta Casa e desta tribuna, que nós deveremos e temos o direito de externar os nossos pontos de vista.

Se é verdade, Sr. Presidente, que a nós não cabe decidir contra o divórcio, também é verdade que a nós cabe o direito de enviar, aos nossos companheiros em Brasília, tanto os da ARENA quanto os do MDB, os nossos pontos de vista firmados.

A nossa intenção portanto, não era outra senão esta, quando então vem um Deputado do MDB nos agredir, Sr. Presidente, da Tribuna.

Não poderíamos nos calar e jamais nos calaremos mediante tamanha acusação e tamanha injustiça de que foi acometido este Deputado na sessão de hoje. E aqui fica, Sr. Presidente...

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar que o Regimento Interno, no encaminhamento

de votação, impede apartes.

O Sr. **Quielise Crisóstomo** — Muito obrigado, Sr. Presidente.  
O SR. **JURANDIR MESSIAS** — E aqui fica, Sr. Presidente, a nossa repulsa contra a atitude desse Deputado para que, quando trouxéssemos a esta Casa alguma coisa que se diz de interesse do povo, eu também como ele, tenho o mesmo direito e eu não quero ser tolhido deste direito, porque quando um Deputado vai à tribuna e, usando da palavra num tom que não é do seu feito e seu costume, venha me amedrontar.

Jamais, Sr. Presidente, isto acontecerá sob pena de sair daqui numa padiola, se possível mas, o meu mandato, a minha gente, o meu povo e a cristandade do Paraná e do Brasil, eu defenderei sob pena de minha própria vida, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. **PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

Com a palavra, para falar no encaminhamento de votação, o Sr. Deputado autor da proposição.

O SR. **EDILSON ALENCAR** — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupo, mais uma vez a tribuna para, posicionar a respeito do requerimento que ora se discute e vota nesta Casa.

Não vim tecer críticas; não vim magoar ninguém; não vim atirar pedras em ninguém; vim, apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer, mais uma vez, que apresentamos o nosso requerimento, conscientes, porque acreditamos que ele representa e, acredito, a consciência de todo o povo deste País.

Há poucos instantes ouvíamos, desta Casa, um Deputado dizer — que outras questões mais sérias poderiam estar sendo aqui discutidas e que o divórcio não constitui, hoje, coisa séria, neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no meu entendimento, tenho que o assunto **FAMÍLIA**, que toda a lei que procura organizar a família brasileira, toda lei que se discute, neste País, na Assembléia e no Congresso Nacional, que trata da organização da família brasileira, é o mais sério possível. Outro, mais sério, não podemos admitir.

Discutimos e apresentamos este requerimento porque são as emendas que estão sendo discutidas e, em poucos dias, serão votadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pode parecer que o nosso requerimento tenha sido demagógico. Não foi. A intenção que teve este Parlamentar de sugerir ao Congresso Nacional a não discussão e a não votação agora das emendas que institui o divórcio no País, não teve outro cunho senão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dar condições para que o Congresso Nacional, com mais calma, com mais ponderação e não com precipitação, votasse as emendas que institui o divórcio neste País.

Daria condições com o plebiscito, como "referendum" popular que nós requeremos e com as nossas sugestões, dar condições para o amplo debate nacional, para o debate das igrejas, para que todas as instituições deste País discutissem amplamente o assunto, para depois o Congresso Nacional, após ouvido o povo brasileiro, não só os eleitores, mas todo o povo, todo o cidadão, todo o homem consciente deste País, maior de idade, dizer, se seria ou não necessário a aprovação do divórcio neste País.

O nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito conscientemente, que é o mais válido possível. Com este requerimento e há poucos instantes ouvíamos Deputados da Aliança Renovadora Nacional dizer que era o ideal, antes deserem votadas as emendas pelo Congresso Nacional, o povo brasileiro deveria ser ouvido.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo às duas bancadas: à bancada do meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro e aos renomados Deputados da Aliança Renovadora Nacional, para que aprove o nosso requeri-

mento, porque ele é de justiça.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. **LÚCIO MACHADO** — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. **PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Tem a palavra V. Exa.

O SR. **LÚCIO MACHADO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Edilson Alencar, após ampla justificativa requereu a esta Assembléia Legislativa, cujo expediente está sendo debatido, o envio ao Congresso Nacional, expressando o seu veemente apelo para que os autores das emendas constitucionais que instituem o divórcio no País, sejam cientificados da urgente necessidade de sua não discussão, votação, enquanto não se fizer ampla consulta popular.

É sábia a premissa determinativa que condiciona o legislador na sua missão de legislar, que dele deve nascer a instrumentação que possa instituir os projetos que naturalmente devam ou não devam se transformar em lei.

A preocupação de alguns Srs. Deputados em suas manifestações pessoais em favor ou contra a dissolução do casamento, que poderão prejudicá-los politicamente em um futuro bem próximo, que seria nas eleições de 1978, data venia, é falta da própria capacidade legislativa, é falta de própria idoneidade parlamentar; porque é função do Parlamento, conseqüentemente função do Parlamentar, manter a sua idéia, e atitude. E colocá-la ao debate e estar sempre preparado para o acatamento do veredito.

Infelizmente, sou contrário ao requerimento do nobre Deputado Edilson Alencar, meu vibrante companheiro de bancada. Um dos mais ilustres parlamentares deste Parlamento. Simplesmente, porque julgo não ser atribuição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e de Assembléia de nenhum Estado deste País, a intromissão. Os legisladores que pretendem instituir a dissolução do casamento no Brasil, têm atribuição, são eles da área Federal.

Embora eu já tenha manifestado desta tribuna que sou favorável ao divórcio, por sentir que ele é também uma das grandes sangrias sociais neste País, uma das maiores; porque, com a não existência do divórcio, existem milhares de filhos sem pai, milhares de casadas, de esposas sem marido, milhares de esposos sem esposas. Os consortes se dividem de forma violenta neste País, ficando depois da apresentação da incompatibilidade pessoal na vida conjugal, nem casados e nem solteiros. Por isso, a falta da presença da dissolução do casamento no Brasil, é o responsável pelo problema social denigrante, pelo problema social violento e crescente e principalmente no setor da delinquência nacional.

Eu já disse e repito muitas e muitas vezes. Estou à vontade para manifestar a minha opinião. E não tenho, não terei medo em nenhuma oportunidade, das contestações que possam vir, porque acostumei desde cedo a respeitar os meus semelhantes; as idéias e a sociedade. Mas, antes de votar ao meu semelhante, as idéias e à sociedade o meu respeito, respeito a minha opinião e ela é formada neste sentido. Entretanto, simplesmente porque sou contrário que se faça qualquer promoção em auscultar a opinião popular antes que seja pelo menos votada esta Emenda Constitucional. E acima de tudo porque julgo não ser atribuição desta Assembléia Legislativa a intromissão no assunto, peço a V. Exa. nobre Deputado, as excusas por ter que votar contrariamente à matéria tão brilhantemente apresentada por V. Exa.

O SR. **PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar. — REJEITADO.

O SR. **EDILSON ALENCAR** — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. **PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Deferido o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 15 Srs.

Deputados rejeitam; 6 Srs. Deputados aprovam. Não há quorum para votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que fizesse soar aquele estranho sinal eletrônico, a fim de que os Srs. Deputados se apercebessem que existe ainda a votação deste requerimento, para em seguida submeter à nova apreciação.

(O Sr. Presidente faz soar a sirene).

O SR. EDILSON ALENCAR (Pela ordem). — Sr. Presidente, acredito que a votação tenha chegado ao seu término. Acredito que a matéria seja já vencida.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência anunciou inexistência de "quorum". O Deputado Maurício Fruet, regimentalmente, solicitou que a Presidência despertasse a atenção dos Deputados para a matéria. Cabe a qualquer Deputado, regimentalmente, o pedido de verificação de "quorum" com a chamada nominal, se for o caso.

Inicialmente, a Presidência atenderá S. Exa. o Deputado Maurício Fruet e colocará novamente em votação o requerimento do Sr. Edilson Alencar.

Os que aprovam, queiram se levantar. — 10 aprovam.

Os que rejeitam, queiram se levantar. — 19 rejeitam.

— REJEITADO o requerimento. Conseqüentemente rejeitada a emenda proposta pelo Deputado Accioly Neto.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de pedido de informações no prazo de 48 horas, tendo em vista a iminência de lesão irreparável à integridade física e dos Direitos Individuais. — RETIRADO PELO AUTOR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada,

solicitando voto de protesto contra as autoridades que elevaram o confisco do soja. — APROVADO.

A Presidência deseja registrar, com satisfação a presença no Plenário do Sr. Adalberto F. Lopes, Prefeito Municipal de Boa Esperança.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, na qualidade de Líder do MDB, designando para compor a Comissão Especial Externa para discutir com Parlamentares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aspectos relacionados com o Programa de Obras do Governo Federal para a Região Sul, os seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e Muggiati Filho. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

A Presidência informa ao Sr. Líder do MDB, Deputado Trajano Bastos, que o Congresso de Planejamento anteriormente designado para os dias 24 e 25, foi transferido "sine die".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinada a eletrificação rural no município de Palmeira, alcançando diversas localidades. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 195/68, 60/74, 169/74, 18/75, 79/75, 80/75, 81/75, 82/75, 85/75, 119/75, 137/75, 160/75, 181/75, 115/76, 150/76; e,

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 117/76.

Levanta-se a sessão.